

Desestatização e planejamento

IGNÁCIO M. RANGEL

A percepção de que as presentes dificuldades conjunturais da economia brasileira não podem ser superadas sem a privatização de, pelo menos, uns quantos serviços públicos, ora organizados como concessões a empresas públicas, parece ser coisa estabelecida. A crise econômica, nossa velha e provada mestra, já fez o seu histórico trabalho e, aquilo que, há alguns anos, somente era intuído por poucas pessoas, aparece agora como mera questão de pragmatismo e bom senso.

Entretanto, como tantas vezes tem acontecido, em passados ciclos, corremos o perigo de passar do branco ao negro, sem nenhuma nuance. Assim, a privatização dos serviços aparece como a negação de tudo pelo que nos temos batido nos últimos decênios. A privatização aparece, não como forma superior de planejamento, mas como a negação de todo planejamento e, como seria de se esperar, invocamos os velhos e respeitados ~~livros~~ da ciência econômica, desde Smith e Hayek, passando por J. B. Say e von Mises. E, arbitrariamente, identificamos nosso problema com os que, em outros e muito diversos contextos, estão tentando resolver os ingleses, os franceses, os italianos, os espanhóis e, nesse entusiasmo pelas virtudes da veneranda "mão invisível", não nos detemos na "Cortina de Ferro" e apontamos para o exemplo da "glasnost" e da "perestroika" de Gorbatchev.

A lição de coisas da passada "semana negra" das Bolsas de Valores de todo o mundo capitalista, que talvez não se tenha encerrado, ainda não foi devidamente apreendida. Bastou que as cotações entrassem a despencar para que os liberalistas de ontem logo se voltassem para o mal-sinado Estado, clamando por medidas francamente dirigistas, que nada de comum podem ter com a ação da aludida "mão invisível", supostamente capaz de pôr tudo em seus lugares, sem o prumo e o cimento que nos habituamos a esperar do planejamento.

Noutros termos, bastou uma semana de "crash" para que fôssemos trazidos de volta ao bom senso. Não faz falta muita eloquência para persuadir-nos de que o sentido geral da marcha da história não foi

alterado, isto é, que continuamos a palmilhar o longo e difícil caminho que leva do ciclo —isto é, do desenvolvimento via tentativa e erro— ao plano.

Ora, a oposição dialética entre o ciclo e o plano não exclui sua unidade também dialética. Ao plano não poderemos chegar senão pela percepção exaustiva do ciclo. Tempo houve em que a idéia de plano associava-se intimamente com a de socialismo, mas, em nossos dias, esses conceitos foram relativizados, de tal modo que, assim como não podemos conceber uma economia inteiramente não planejada, não existe também nenhuma economia que seja inteiramente planejada.

Assim, a idéia de uma economia burocraticamente administrada em seus mínimos detalhes, sem margem para iniciativas partidas de pessoas, empresas, ou coletivos laborais, é tão esdrúxula como a de uma economia sem margem para certa medida de planejamento. Por exemplo, no Brasil estamos na iminência de transferir para o campo da concessão de serviços públicos a empresas privadas, umas quantas atividades historicamente organizadas como concessões de serviços públicos a empresas públicas. A primeira vista, estariamos transitando do regime do planejamento para o da chamada "livre iniciativa", isto é, do não planejamento. Na verdade, estaremos passando a uma forma superior de planejamento, capaz de comportar decisões em condições de maior transparência e conhecimento de causa.

Ora, quem diz plano, diz Estado, no sentido de governo, de poder normativo. E diz também um espaço claramente delimitado, isto é, para todos os nossos fins atuais, diz soberania nacional. Assim, se, em sua pré-história, o planejamento —no Brasil, como na União Soviética— tinha como objetivo a consecução de certa medida de autarcia ou auto-suficiência, como condição para um sustentado esforço de substituição de importações, nada impede que o mesmo planejamento tenha por meta agora o aprofundamento da divisão internacional do trabalho. As nações devem colocar-se em condições de contratar umas com as outras e,

como é curial, em direito privado. O contrato exige o encontro de partes livres. A ausência de liberdade —de soberania, quando se trata de nações— é motivo suficiente para a incapacidade.

Entre parêntesis: o planejamento do comércio exterior é incompatível, "ergo ipso", com essa idéia de ZPE, com a qual entramos a brincar ultimamente. O controle estatal do comércio exterior, tal que nos permita tratar cada área do mercado mundial de acordo com suas características e com o fim, não de fechar a economia, mas de abri-la, eficaz e ordenadamente, isto é, planejadamente, supõe o reforçamento —não a debilitação— tanto já aguana, como de câmbio.

Assim, por estas e outras consabidas razões, o sonho do retorno ao império da "mão invisível", com o qual os países europeus fundamentavam o seu —não o nosso— privatismo, morreu de morte natural na segunda-feira negra, que marcou o ressurgimento do dirigismo como meta da política econômica, em todos os quadrantes, tanto de esquerda, como de direita.

O privatismo hoje somente se pode justificar como forma superior de dirigismo ou planejamento. Uma revisão da legislação vigente para os serviços públicos concedidos, com essa intenção, está, portanto, na ordem natural das coisas.

Isso sem esquecermos de que, como de vezes pretéritas, o setor público, desfalcado de algumas das atividades que o integram, deverá recompor-se com outras. Na espécie, a começar por um comércio exterior em moldes radicalmente novos, que nos permita tratar cada copartícipe de acordo com suas próprias características: reduzindo as importações dos países credores e aumentando as importações dos países em relação aos quais estejamos em posição ativa.

Para isso não basta fixar arbitrariamente a taxa de ~~tarif~~, o que implicaria em tratar como iguais coisas desiguais. Para começar, porque haverá outras estatizações a fazer.

— câmbio

IGNÁCIO M. RANGEL, 74, economista, foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e é membro do Conselho Federal de Economia.